O belo para Kant

Immanuel Kant (1724-1804), um dos grandes nomes da filosofia moderna, abordou as questões estéticas em sua obra seminal Crítica da Razão Pura (1781/1787) e dedicou ainda mais atenção ao estético nas análises do belo e do sublime em sua Crítica do Juízo (1790). Os estudos das linguagens e dos signos evoluíram em relação à obra kantiana, e Charles Sanders Peirce (1839-1914) dá continuidade a Kant ao definir três categorias fenomenológicas irredutíveis, primeiridade,secundidade e terceridade.

É relevante ressaltar que a obra de Immanuel Kant constitui um dos pilares para compreender o legado de Peirce. A forma como Kant abordou o conhecimento na Crítica da Razão Pura sugere que ali se encontram algumas conceituações que levaram Peirce a estabelecer suas categorias fenomenológicas e a maneira como ele situou a sensibilidade no contexto do pensamento.

Entre as diversas obras que tratam das questões estéticas ao longo de três séculos, algumas entendem o estético como uma especificidade das artes, enquanto outras o consideram principalmente como sinônimo de belo. Também existem aquelas, como as de Peirce e Kant, que veem o estético como algo que, embora não seja parte do pensamento, está intimamente associado a ele e problematiza a racionalidade.

A Filosofia da Arte emergiu, sobretudo, a partir dos questionamentos em torno da tradição estética, enfatizando esse tipo de conhecimento como específico das manifestações artísticas. No entanto, a crítica pós-modernista trouxe à tona a relevância dessas questões no cotidiano, evidenciando seu impacto nos modos de fazer e pensar contemporâneos, independentemente de serem manifestações artísticas ou não, com uma importância especial no campo da comunicação.

Ainda no século XVIII, o juízo estético foi associado, à ideia simples de gosto, e o juízo estético passou a ser chamado muitas vezes simplesmente por juízo do gosto. Como faz Kant em sua terceira crítica, ao discorrer que “O juízo do gosto é estético” (, p. 99), e em nota ele completa: “A definição do gosto que está aqui no fundamento é a seguinte: ele é a faculdade do julgamento do belo. Quanto ao que é exigido para denominar belo um objeto, isto tem de ser descoberto pela análise dos juízos do gosto.” (p. 99). Destaca-se, portanto, que a ideia de gosto associada ao sensível ou à capacidade de acessar o sensível se encontra na própria etimologia da palavra ‘gosto’.

Para Kant, o belo é aquilo que agrada sem a necessidade de conceitos e de forma desinteressada. O prazer gerado pela percepção de um objeto belo é experimentado pelo sujeito que reflete sobre sua própria experiência, considerando essa apreciação como algo que transcende interesses pessoais, sendo, portanto, válido para todos que compartilham dessa mesma reflexão. Para fundamentar o juízo de gosto, Kant classifica-o em quatro categorias, que ele denominou por antinomias estéticas de qualidade, quantidade, finalidade e modalidade.

A primeira antinomia é a de qualidade, prazer e desprazer, ou seja,todo juízo de gosto é uma satisfação desinteressada. Esse desinteresse implica uma autonomia que caracteriza o belo. O observador de um objeto belo não está forçado a compreendê-lo por meio de conceitos; assim, o objeto, livre de tais limitações, pode ser considerado o belo em sua essência. Essa relação de liberdade se estende tanto ao que se contempla quanto ao que é contemplado. Se ao objeto belo fossem atribuídos conceitos que buscassem satisfazer interesses, ele deixaria de ser uma experiência estética pura.A beleza reside no domínio da liberdade; algo é belo quando está isento de conceitos e preconceitos. O juízo estético não envolve

julgamentos e é, portanto, totalmente desprovido de interesses, apresentando-se como gratuito.

A segunda antinomia refere-se à quantidade e aborda as relações e identificações entre o universal, o particular e o singular. Segundo Kant, o juízo do gosto representa uma “subjetividade universal”, ou seja, é um “universal sem conceito”. O julgamento sobre o belo, que é subjetivo e particular para cada indivíduo, é ao mesmo tempo um juízo universal e objetivo, pois se trata de um tipo de juízo transcendental, operado pelas faculdades da mente que são prévias e independentes da experiência (um juízo a priori, portanto). No entanto, esse juízo não gera um conceito geral (universal) de natureza lógica e científica, uma vez que é essencialmente subjetivo, particular e indeterminado.

A terceira antinomia do juízo do gosto, que contrapõe determinismo e liberdade, sugere que esse juízo constitui uma “finalidade sem fim”, pois não possui uma finalidade prática, já que esta se relaciona à conduta e à ação moral, ao dever ser. Da mesma forma, o juízo do gosto também não possui uma finalidade teórica, voltada para o conhecimento objetivo, pois não envolve conceitos nem possui caráter lógico. Assim, Kant define a natureza do juízo estético ao restringi-lo aos sentimentos de prazer e desprazer associados à beleza ou à arte, enquanto manifestação da beleza artística.

Por fim, a quarta antinomia do juízo do gosto refere-se à modalidade. Kant afirma que o juízo do gosto representa uma necessidade livre, pois, embora traga consigo a ideia de que todos devem aderir a ele, não possui finalidade nem se baseia em um conceito . Dessa forma, Kant define: “Belo é o que apraz no simples julgamento (logo, não mediante a sensação do sentido [empfindungdessinnes] segundo um conceito do entendimento). Disso resulta espontaneamente que ele tem de comprazer sem nenhum interesse.” (1790/2002, p. 114).

No juízo estético reflexivo, “é a sensação produzida no sujeito pelo jogo harmônico das duas faculdades cognitivas da faculdade de julgar, a imaginação e o entendimento”, o singular se expressa em um sentimento de comunhão universal. O particular ressoa em harmonia com o universal, gerando a ideia de uma “voz universal” que acompanha nossa percepção estética, ou seja, um modo de sentir que supomos ser comum a todos os seres humanos. Kant revela que o juízo de gosto possui uma dimensão estética de universalidade e acrescenta que “é belo o que apraz universalmente sem conceito”. Quando alguém afirma: “isso é belo”, refere-se à maneira como é afetado pela representação do objeto em sua subjetividade, como se a beleza atribuída ao objeto pudesse ser avaliada logicamente. Todos os seres humanos compartilham a mesma capacidade de julgar, o que lhes permite experimentar um estado de ânimo semelhante, resultado do livre jogo entre a imaginação e o entendimento, levando o sujeito a perceber uma ressonância do Outro dentro de si, associada a uma ideia de universalidade subjetiva. Em outras palavras, o que sentimos deve ser igualmente sentido pelo outro, considerando que é um prazer desprovido de interesses. Trata-se da comunicabilidade universal de um sentimento.

A finalidade objetiva pode manifestar-se de duas maneiras: como uma finalidade externa (a utilidade) e como uma finalidade interna (a perfeição). No entanto, Kant não busca fundamentar o juízo estético em uma finalidade objetiva. Nesse contexto, a relação entre sujeito e objeto não segue uma ordem de causalidade, rompendo com a própria noção de objetividade e transformando essa experiência em uma finalidade autônoma. Ou seja, nosso estado de ânimo visa a manutenção do prazer em si, sem a preocupação de encontrar esse fim na representação do objeto. Isso resulta em uma

espécie de colapso no sistema de pensamento, pois não se encontra um conceito ou causa que corresponda à forma percebida pela imaginação. O entendimento não consegue se orientar, assim como a imaginação não se ajusta às leis do entendimento. Dessa forma, o prazer estético puro preserva sua continuidade e efeito através de uma retroalimentação, encontrando sua finalidade nessa relação cooperativa e geradora de prazer.

Quanto à modalidade, Kant afirma que o belo é aquilo que é reconhecido sem conceito como objeto de uma satisfação necessária. Contudo, essa necessidade não é teórica nem prática, conforme determinada pela razão. Trata-se de uma necessidade exemplar, pois o juízo de gosto é necessário e deve ser aceito por todos; todos possuem a capacidade de julgar. Assim, eu sou todos, permitindo a suposição de uma voz universal. É esse fundamento da existência que universaliza o belo.